

<b>LUX JORNAL</b> <b>A Crítica – Manaus - AM</b> <b>Publicado: 14/02/2001</b>	190	297	
			4

EDIR 0255

**PRIMEIRO NO PAÍS**

Educação escolar indígena é regulamentada no Estado

Ana Célia Ossame

O Estado do Amazonas é o primeiro no País a ter oficialmente a escola indígena. O Conselho Estadual de Educação (CEE) aprovou ontem a Resolução nº 11/00, referendando a Resolução nº 03/99 do Conselho Nacional de Educação, que regulamenta a escola indígena. A solenidade, presidida pelo secretário de educação, Vicente Nogueira, contou com a presença de autoridades e representantes de lideranças indígenas, o índio Marcos Terena, 46, coordenador do Departamento de Direitos Humanos da Fundação Nacional do Índio (Funai), ressaltou que este acontecimento não era uma iniciativa isolada do Governo, mas resultado de um processo de luta iniciado na década de 70.

O presidente do conselho e do Departamento de Política Indígena (Depi), Ademir Ramos, disse que a proposta da resolução foi discutida e aprovada pelas comunidades indígenas. Nessa discussão, segundo Ademir, estavam desde as representações indígenas até as organizações governamentais e não-governamentais, além do Ministério Público. O estabelecimento da educação indígena é importante, na opinião de Ademir, para assegurar a implementação de uma política diferenciada, respeitando a diversidade cultural indígena. “É uma nova concepção que garante um programa de formação para essas comunidades”, disse o diretor do Depi.

A coordenadora geral de apoio à escola indígena do Ministério da Educação (MEC), Ivete Campos, esteve em Manaus para participar da solenidade e destacou o pioneirismo da Amazônia no processo de educação indígena. Em 1991, Ivete disse que o ministério estabeleceu, por meio do Decreto nº 26, uma coordenadoria para elaborar o processo de educação escolar indígena, que seria executada pelos Estados e municípios.

A construção dessa escola diferenciada foi feita a partir de discussões iniciadas na Região Norte, com as lideranças indígenas, professores da universidade e ONGs, algumas das quais ligadas à questão indígena. Da Amazônia, segundo a coordenadora, onde estão os grandes e mais organizados grupos indígenas, também veio a grande mobilização. “Aqui já havia experiências positivas com algumas etnias, importantes na definição da política de educação indígena”, afirmou ela.

A escola diferenciada teve sucesso, segundo Ivete, porque passou a ser aliada da comunidade na defesa dos direitos, no estabelecimento das relações com a sociedade envolvente, e melhorando, inclusive, a auto-estima dos índios enquanto cidadãos. “Os índios passaram a reivindicar direitos de igualdade, contrários à submissão, como historicamente vinha acontecendo”, explicou a coordenadora.

<b>LUX JORNAL</b> <b>A Crítica – Manaus - AM</b> <b>Publicado: 14/02/2001</b>	190	297	
			4

255

**PROFESSOR TICUNA**

Resolução credencia centro de formação

A Resolução 140/00, aprovada em outubro do ano passado pelo Conselho Estadual de Educação, credencia o Centro de Formação de Professores Ticuna (Toru Ngupatu), no Município de Benjamin Constant (a 1.116 quilômetros de Manaus), e autorizar o funcionamento da educação básica, ensino fundamental, médio e habilitação em magistério.

O documento autoriza, ainda, a expedição de certificados, diplomas e outros documentos inerentes à vida escolar dos alunos concludentes dos cursos normal, fundamental e médio. Os estudos ministrados de 1995 a agosto de 2000 serão convalidados aos correspondentes ao curso normal e médio. A Resolução aprova o regimento escolar e a estrutura curricular do curso, bem como a operacionalização imediata do calendário escolar e do projeto político pedagógico e recomenda o encaminhamento do relatório circunstanciado do curso ao conselho estadual 30 dias após a conclusão de cada turma, com data retroativa a 1995.

**MARCOS TERENA**

Lideranças querem ter universidade própria

O índio Marcos Terena, o precursor do movimento indígena no Brasil, defendeu ontem o estabelecimento, em todo o País, de uma política diferenciada de educação indígena que não se limite à educação fundamental ou ao ensino médio, mas que chegue até à universidade. “Não podemos parar aqui. Queremos cursos de graduação e pós-graduação para os índios”, afirmou Terena, que é do Mato Grosso.

Terena destacou que a iniciativa do Governo do Estado de regulamentar a escola indígena não foi por vontade própria dos ocupantes dos cargos de decisão, mas sim reflexo de todo um processo de luta, iniciado por ele na década de 70. “Muitos índios lutaram e muitos morreram defendendo os direitos dos povos e é preciso lembrar deles”, afirmou o líder indígena, ao lembrar que a regulamentação da escola indígena é o primeiro passo para o resgate da auto-estima dos povos indígenas, especialmente daqueles ribeirinhos que aprenderam a negar a origem para tentar sobreviver na sociedade comandada pelos brancos. “Há um pedaço de índio em cada brasileiro”, lembrou Terena, ao criticar o pensamento daqueles que rejeitam esse fato, e assegurar a importância da educação escolar indígena na afirmação de uma linguagem amazônica.

O presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Euclides Pereira, da etnia macuxi, foi outro a apontar a importância de uma escola diferenciada para os índios. “Antes, a escola indígena era uma extensão da escola rural, mas agora temos condições de aprender a nossa língua, cultura e tradições, em conjunto com a língua, cultura e as tradições dos brancos”, afirmou ele.

<b>LUX JORNAL</b>	190	297	
<b>A Crítica – Manaus - AM</b>			
<b>Publicado: 14/02/2001</b>			4

255

Euclides reivindicou uma escola com qualidade suficiente para garantir ao índio conhecimento para disputar com o branco as vagas nas universidades, sejam federais ou estaduais. Uma escola que tenha também professores indígenas, segundo ele, com capacidade para quebrar com a tradição de que escola indígena é extensão da rural. Para isso, ele cobra a alocação de recursos para manter essa escola diferenciada. Assim, explica Euclides, o Amazonas e o Brasil poderão ter uma nova relação com as sociedades indígenas, sem aquele propósito de querer integrar o índio à sociedade branca, desrespeitando as culturas, tradições e línguas diferenciadas.

**LIDERANÇAS**

Índios são maioria no CEE

O Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena (CEEI-AM) foi criado em maio de 1998 e conta com representantes de organizações governamentais e não-governamentais e lideranças indígenas. Do total de 27 membros, 16 são índios.



No Amazonas, segundo dados fornecidos pela Seduc, existem 100 mil índios, de 62 etnias, falando 27 línguas diferentes. Na área educacional funcionam 580 escolas, 22,6 mil alunos. Os professores são 776 índios e 138 não índios. Povos indígenas como os sateré-maués, uamiri-atroari e tucano têm cartilhas próprias, produzidas nas línguas nativas desses povos.

Segundo Ademir Ramos, até 2002 o Governo espera capacitar todos os professores indígenas por meio do projeto de formação de professores Pira-Iauara, além de outras parcerias com prefeituras municipais.

Após a formação dos professores indígenas, o Governo vai oferecer os cursos de graduação e especialização em educação indígena, atendendo, inicialmente, 400 professores dos municípios localizados nas áreas dos rios Solimões e Negro.

Depois de criar o Depi, com o objetivo de promover e fortalecer as organizações tradicionais, o Governo do Estado estuda a proposta de criação da Fundação Estadual de Política Indígena (Fepi), com o objetivo de garantir mais atenção às comunidades indígenas.

Essa fundação vai promover, orientar e balizar a política indigenista, baseada na legislação vigente, atendendo, de acordo com algumas lideranças indígenas, às demandas em áreas importantes como a geração de alternativas econômicas para as comunidades indígenas, apoio a programas de atendimento à saúde, desenvolvimento e assistência à educação sistemática e preservação ambiental.